

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ

Marcela Rezende Gonzaga

O MACHISMO NA EDUCAÇÃO

Taubaté - SP

2020

Marcela Rezende Gonzaga

O MACHISMO NA EDUCAÇÃO

Trabalho de Graduação apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade de Taubaté, sob a orientação da Profa. Dra. Lindamar Alves Faermann, como parte dos requisitos para obtenção do título de Assistente Social.

Taubaté - SP

2020

**Grupo Especial de Tratamento da Informação - GETI
Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI
Universidade de Taubaté – UNITAU**

G642m Gonzaga, Marcela Rezende
 O machismo na educação / Marcela Rezende Gonzaga. --
 2020.
 35 f.

Monografia (graduação) – Universidade de Taubaté,
Departamento de Serviço Social, 2020.
Orientação: Profa. Dra. Lindamar Alves Faermann,
Departamento de Serviço Social.

1. Educação. 2. Machismo. 3. Mulheres – Condições
sociais. I. Universidade de Taubaté. Departamento de Serviço
Social. Curso de Serviço Social. II. Título.

CDD – 305.4

MARCELA REZENDE GONZAGA
O MACHISMO NA EDUCAÇÃO

Monografia apresentada para obtenção de diploma de Assistente Social no curso de graduação em Serviço Social da Universidade de Taubaté.


Data: 07/12/2020

Resultado: APROVADA

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Lindamar Alves Faermann

Universidade de Taubaté

Assinatura: 

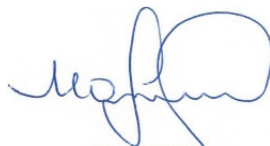
Prof. Ma. Juliana Alves Barbosa de Souza

Universidade de Taubaté

Assinatura: 

Prof. Ma. Mônica Maria Nunes da Trindade Siqueira

Universidade de Taubaté

Assinatura: 

Dedico o presente trabalho de graduação a minha avó materna, Vovó Lily (*in memoriam*), que serviu de inspiração para meu ingresso no curso de Serviço Social e a quem eu sempre quis ser motivo de orgulho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus, por sempre ter me mostrado que o caminho pode ser árduo, mas nunca é solitário.

Aos meus pais, Luis Augusto e Maria Stael, e à minha irmã, Marina Rezende, que estiveram ao meu lado durante todo o processo da minha primeira graduação, me apoiando e incentivando a todo custo.

À Daniela de Cassia, que foi meu porto seguro durante os quatro anos de faculdade, cuja amizade foi essencial para passar por todas as etapas, me oferecendo um ombro amigo e palavras de força durante todas as vezes em que precisei chorar.

Ao Daniel Amorim, pelo companheirismo e pelo incentivo durante a construção deste Trabalho de Graduação.

À Lindamar Alves Faermann, pelas orientações, pelo carinho, pela atenção, e por compartilhar tanto conhecimento, além de ter confiado em mim quando ninguém mais o fez.

Às professoras do Departamento de Serviço Social da Universidade de Taubaté, Elisa Brisola, Angela Michele e Juliana Aves, sempre dispostas a transmitir tanto conhecimento, principalmente durante a pandemia, que trouxe dificuldades para todos.

À professora Mônica Nunes de Trindade Siqueira, cuja participação foi fundamental durante os quatro anos de graduação, oferecendo, além de todo o conhecimento, sua mão amiga, me confortando e fortalecendo nos momentos mais difíceis da faculdade.

À EMEFM Vereador Joaquim França, por ter sido minha escola de formação no ensino fundamental, e a todos da instituição, incluindo alunos, colegas de trabalho e gestores, por terem me acolhido como funcionária depois de tantos anos, sempre me incentivando a terminar a graduação em Serviço Social. Quem sabe um dia eu volte como assistente social!

E a todos que contribuíram de alguma forma nessa etapa tão importante. Obrigada, de coração.

*“Eu não sou livre enquanto alguma mulher não o for,
mesmo quando as correntes dela forem muito diferentes das minhas.”*

Audre Lorde

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo central apresentar as características do machismo dentro do contexto educacional. Dessa forma, buscou-se evidenciar como esse fenômeno é reproduzido nesse meio e quais são as suas consequências sociais, além de pontuar formas de debate sobre o assunto e notadamente de enfrentamento e combate do machismo no cotidiano escolar. Para a realização deste estudo foram usadas as pesquisas bibliográfica e documental, de forma a se obter um aprofundamento do assunto escolhido. Com o desenvolver da pesquisa, pôde-se observar que o machismo é um fenômeno social produto da sociedade capitalista e reflexo das desigualdades presentes nesta sociabilidade, que se expressa por meio da opressão da mulher pelo homem, perpassando pelas relações de classe. Constatou-se que as características do machismo no âmbito escolar se apresentam na forma de discursos preconceituosos, em regras impostas somente às estudantes do sexo feminino, em atitudes discriminatórias dentro das escolas, além da falta de projetos acerca do tema. A implementação de algumas ferramentas e práticas didáticas podem contribuir para o combate ao machismo nesse *lócus*. Sendo a sociedade capitalista marcada pelo conservadorismo e pelo patriarcado, compreendemos que a escola também é atravessada por esses elementos, podendo, a partir disso, resistir ao machismo ou, contraditoriamente, corroborá-lo por meio de práticas, discursos, ações e ideologias. Com base na análise realizada sob uma perspectiva crítica e objetiva, foi possível concluir que a questão do machismo nas escolas não se resolverá rapidamente, necessitando da formação qualificada de profissionais com pensamentos progressistas e críticos, de resistências populares, de projetos exitosos e de lutas sociais.

Palavras-chave: Machismo. Educação. Opressão da mulher.

ABSTRACT

The main objective of this research is to present the characteristics of sexism within the educational context, how it is reproduced in this field and what its consequences are, in addition to ways of debating on the subject and also of combat. The chosen theme was sexism on Education, based on the study of the expressions of sexism in the school environment. To conduct this research, bibliographic and documentary research were used, in order to obtain a deepening of the chosen subject. With the development of the research, it was possible to observe that sexism is a social phenomenon that is the product of a capitalist society and a reflection of the inequality present in class society and that it is expressed through the oppression of women by men, passing through class relations. The characteristics of sexism in the school environment are presented in the form of prejudiced speeches, in rules imposed only to girls, in discriminatory attitudes within schools, in addition to the lack of projects on the subject. The implementation of some teaching tools and practices can contribute to the fight against sexism. Being a capitalist society, marked by conservatism and patriarchy, we understand that the school is also crossed by these elements, therefore being able to resist sexism. Based on the analysis carried out from a critical and objective perspective, we were able to resolve that the issue of sexism in schools will not be resolved quickly, as it requires the training of people with progressive and critical thoughts, popular resistance, successful projects and social struggles.

Keywords: Sexism. Education. Oppression of women.

LISTA DE SIGLAS

CFESS - Conselho Federal de Serviço Social

CEDAW - Convention on the Elimination of All Forms of Discriminations Against Women (Em português: Convenção pela Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher)

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social

CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social

DOI - Codi - Destacamentos de Operações de Informações - Centros de Operações de Defesa Interna

LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

ONU - Organização das Nações Unidas

PPP - Projeto Político Pedagógico

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO I - AS EXPRESSÕES DO MACHISMO NO CONTEXTO EDUCACIONAL.....	15
CAPÍTULO II - FORMAS DE COMBATE AO MACHISMO NO ÂMBITO EDUCACIONAL.....	22
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	29
REFERÊNCIAS.....	32

INTRODUÇÃO

O assunto escolhido para ser objeto da pesquisa deste Trabalho de Graduação foi "Machismo na Educação", a partir do estudo sobre as expressões do machismo no contexto escolar. O tema está diretamente ligado ao Serviço Social, uma vez que a atuação desse profissional na educação se dá de diversas formas, promovendo e garantindo o acesso a uma educação inclusiva, orientando diretores, coordenadores pedagógicos e professores para que todos tenham acesso aos seus direitos.

A desigualdade de gênero e o machismo são expressões da sociedade capitalista, a qual promove a questão social, que é objeto de intervenção do Serviço Social. Enfrentar todas as formas de preconceito é papel do assistente social, de acordo com os princípios fundamentais presentes no código de ética da profissão. Com efeito, cabe ao profissional construir espaços plurais, na perspectiva da diversidade e, de acordo com o Conselho Federal de Serviço Social (BRASIL, 1993), empenhar-se em eliminar todas as formas de preconceito, além de incentivar o respeito à diversidade, bem como à participação social de grupos que são socialmente discriminados e à discussão das diferenças.

O tema ora estudado não se constitui objeto de estudo das ciências exatas ou biológicas, encontrando-se no campo das ciências humanas. Trata-se de uma temática cuja natureza localiza-se nessa área. Assim como exemplifica Baccarin (2016), as ciências exatas ou biológicas englobam o estudo de situações que se sucedem de forma sistematizada e organizada, o que torna possível o isolamento e a reprodução de muitas dessas situações em laboratório, ao passo que as ciências humanas estudam eventos complexos, com causas e motivações múltiplas e que podem ter seus sentidos alterados a partir do ambiente, dos sujeitos, da realidade social, cultural, econômica, dentre outros fatores.

Sendo o machismo um componente cultural que vem de muito tempo atrás, tendo como ápice o modo de produção capitalista, um sistema de exploração onde a subordinação da mulher é alinhada à origem da propriedade privada, Lopes (2017), entende que esse é um fator importante a ser pesquisado, pois interfere na formação humana e nas relações vigentes da vida social. Segundo Castañeda:

O machismo pode ser definido como um conjunto de crenças, atitudes e condutas que repousam sobre duas ideias básicas: por um lado, a polarização dos sexos, isto é, uma contraposição do masculino e do feminino segundo a qual são não apenas diferentes, mas mutuamente excludentes; por outro, a superioridade do masculino nas áreas que os homens consideram importantes. Assim, o machismo engloba uma série de definições sobre o que significa ser homem e ser mulher, bem como toda uma forma de vida baseada nele. (CASTAÑEDA, 2006, p. 16).

Cabe destacar que o tema foi escolhido com base na experiência profissional da pesquisadora em uma escola da rede pública do município de Taubaté - Estado de São Paulo. Nesse espaço, foi observado o comportamento machista por parte de alunos, docentes e funcionários em geral, o que despertou o interesse pela realização de uma pesquisa que abordasse essa problemática.

Buscaremos, por meio deste estudo, apresentar as características do comportamento machista dentro das escolas, sua reprodução e suas consequências, além de pensar em maneiras de se debater sobre o tema no meio escolar.

Nesse sentido, a estrutura deste Trabalho tomou a seguinte configuração: como objeto de estudo, buscamos levantar na pesquisa bibliográfica as expressões do machismo no contexto educacional, tendo como objetivos, além de apresentar as características do comportamento machista dentro da escola e seus desdobramentos, identificar situações de machismo presentes no espaço educacional e apresentar formas efetivas de combate ao machismo no âmbito educacional.

Parte-se do pressuposto de que o machismo presente no sistema educacional brasileiro tem explicação na divisão da sociedade em classes, que além de sobrepor uma classe à outra, faz com que um gênero seja visto como superior, inclusive intelectualmente. Supõe-se ainda, que pelo processo de naturalização do machismo, esse fenômeno se expressa no contexto educacional sem questionamentos, inclusive por parte dos professores e educadores em geral.

É observado que o assunto é considerado tabu dentro das escolas, sendo escondido ou não debatido. Portanto, o tema é de extrema importância para a pesquisadora, que vê na presente pesquisa uma forma de desmistificar os elementos que perpassam os comportamentos machistas e a sua naturalização no

contexto escolar. Assim, buscaremos fomentar reflexões que apontem caminhos para o enfrentamento dessas práticas, de forma que o tema possa aparecer nas pautas de reuniões, conselhos participativos, aulas e outros espaços e eventos dentro do contexto escolar.

O Brasil é um país com valores altamente conservadores enraizados no processo de colonização do país, e a desigualdade de gênero é uma herança já desse período - atrelada ao próprio modelo de sociedade capitalista - que deve ser deixada para trás.

O marxismo tornou possível o debate crítico sobre a opressão da mulher, e, como afirma Cisne (2005), devemos partir do princípio de que a emancipação da mulher só será possível a partir da ruptura com o capitalismo e da construção de uma nova sociedade. A teoria marxista nos permite intervir e entender as contradições da sociedade baseada no capital. Portanto, os estudos de gênero devem possuir um caráter político e aprofundado, resultando em ações transformadoras.

Acreditamos que uma das formas de enfrentamento do machismo é a realização de pesquisas, estudos e debates acerca do tema. Esse caminho possibilitará que mais pessoas tenham acesso, falem e pesquisem sobre o assunto e contribuirá para diminuir o processo de reprodução desse tipo de comportamento.

Nesse sentido, vislumbramos que pesquisas deste tipo são de extrema importância para a área social, notadamente para a educação, podendo auxiliar professores, gestores e pesquisadores em geral, uma vez que existem poucos estudos sobre o assunto.

Para a construção deste Trabalho de Graduação, utilizamos a pesquisa bibliográfica e documental. Segundo Gil (2008), a pesquisa bibliográfica consiste em uma modalidade investigativa desenvolvida a partir de um material já publicado, constituída de artigos científicos, de livros e de outras produções teóricas acerca do tema. Já a pesquisa documental é caracterizada, de acordo com Marconi e Lakatos (2007), pela fonte de coleta de dados, que é restrita a documentos, que são denominados fontes primárias.

Podemos afirmar que a pesquisa bibliográfica não se trata apenas de uma repetição de algo que já foi dito ou escrito sobre o assunto em questão. Na verdade, a pesquisa bibliográfica pode proporcionar o exame do tema sob um novo enfoque

ou abordagem, de forma a trazer conclusões inovadoras. A finalidade desse tipo de pesquisa é a de colocar o pesquisador em contato direto com conteúdos já escritos, falados ou filmados sobre determinado assunto.

Como aporte teórico para o desenvolvimento da presente pesquisa, foi utilizado o referencial marxista, que, na ciência, produz conhecimento com o objetivo de analisar e transformar a realidade. Um dos aspectos destacados no método:

[...] é sua riqueza em aportar elementos que nos auxiliam a desvendar o real e, ao mesmo tempo, orientar processos interventivos. A análise da realidade é necessária ao processo interventivo, porém, mais do que contribuir para o processo de análise, o método aporta elementos que nos auxiliam a intervir, exatamente porque suas categorias fundamentais emanam da realidade. E isto é essencial às profissões interventivas, como o Serviço Social. (PRATES, 2012, p. 127).

Ressalta-se que a abordagem central foi a pesquisa qualitativa, que tem como objetivo destacar características e particularidades geralmente não observadas e/ou contempladas por meio de estudos quantitativos. Assim como destacam Raupp e Beuren (2004), a abordagem qualitativa permite que se tome conhecimento acerca da natureza de um fenômeno social. Richardson (2012) também discorre sobre o assunto, evidenciando que:

A abordagem qualitativa de um problema, além de ser uma opção do investigador, justifica-se, sobretudo, por ser uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social. Tanto assim é que existem problemas que podem ser investigados por meio de metodologia quantitativa, e há outros que exigem diferentes enfoques e, conseqüentemente, uma metodologia de conotação qualitativa. (RICHARDSON, 2012, p. 81).

Após o processo de coleta das informações no material bibliográfico e documental, realizamos sua organização contemplando os objetivos pretendidos. As informações foram analisadas de forma crítica, buscando os fundamentos que explicam e mantêm o comportamento machista no âmbito escolar, suas causas e consequências no ambiente escolar.

A partir do pressuposto de que esse comportamento está naturalizado no contexto escolar, procurou-se a raiz do problema, além da questão de gênero, mas principalmente a partir da luta de classes, pois assim como afirmam Silva e Mendes:

A opressão existe e está presente em nossa sociedade, nas instituições que a compõe. No caso da instituição escolar ela está presente nas relações empreendidas entre os meninos e as meninas e, também, entre os homens e mulheres que fazem parte dos grupos sociais. (SILVA; MENDES, 2015, p. 92).

Para a produção textual, foram lidos artigos a respeito do machismo presente nas escolas, além de materiais bibliográficos sobre educação em geral. Dentre textos pesquisados, ressaltam-se os seguintes: *As marcas do machismo no cotidiano escolar*, das autoras Maví Consuelo Silva e Olenir Maria Mendes; *Educar meninas e meninos: relações de gênero na escola*, de Daniela Auad e “*Você tentou fechar as pernas?*” *A cultura machista impregnada nas práticas sociais*, de Márcio de Oliveira e Eliane Rose Maio. Os autores supracitados trazem uma análise da cultura machista impregnada nas escolas de uma maneira geral, inclusive com relação aos papéis “designados” a homens e mulheres na sociedade, trazendo legislações, depoimentos e estudos de caso para sustentar suas falas, defendendo uma educação inclusiva que siga os princípios da igualdade, sem deixar de lado as diferenças humanas (SILVA; MENDES, 2015; AUD, 2012; OLIVEIRA; MAIO, 2016).

Com base na revisão de literatura acerca do tema e para fins de organização deste Trabalho de Graduação, os capítulos foram construídos e estruturados da seguinte forma: o primeiro capítulo versa a respeito das expressões do machismo no contexto educacional; o segundo refere-se às possíveis formas de combate a esse comportamento dentro do âmbito escolar.

Frente ao exposto, para alcançarmos os objetivos desta pesquisa, foi de extrema importância a metodologia escolhida, visto que ela nos possibilitou a compreensão do tema a partir do entendimento da realidade social em seu movimento e em suas contradições. Assim como afirma Praça (2015), a metodologia refere-se ao caminho percorrido durante a pesquisa. Esse percurso metodológico nos permitiu a compreensão do objeto de estudo a partir do conhecimento adquirido por meio da literatura estudada, em diálogo com a vida concreta em que os fenômenos investigados se dão.

CAPÍTULO 1

AS EXPRESSÕES DO MACHISMO NO CONTEXTO EDUCACIONAL

Neste capítulo, buscamos sintetizar o conteúdo apreendido no processo de revisão de literatura de forma a explicitar as diversas expressões do machismo que tomam forma dentro do contexto escolar. Para tanto, é mister levar em consideração a trajetória de lutas das mulheres pelos seus direitos, os quais são limitados e muitas vezes negados pelo Estado. Procuramos no presente Trabalho de Graduação dissertar sobre a prática de valores sexistas dentro das escolas para que se possam denunciar os valores conservadores e machistas enraizados em nossa sociedade capitalista.

A escola, no geral, possui um grande potencial transformador, uma vez que apesar de ser uma das instituições responsáveis pela disseminação dos valores machistas, ela pode, na contradição desse papel transformar visões de mundo e, com efeito, impulsionar lutas para alterar o *status quo*.

Orso (2012) explica que, na sociedade capitalista, a educação está fundamentada para manter esse *status quo* e também a legitimação da estrutura da sociedade de classes. Portanto, para alcançarmos outro tipo de educação, a única alternativa é lutar pela transformação desta sociedade, uma vez que esta inibe iniciativas que tenham o poder de enfraquecê-la.

É necessária a clareza de que a educação também possui limites e que a transformação da sociedade será possível a partir das lutas gerais da classe trabalhadora, das contradições nascidas no seu interior e do processo de desenvolvimento dessas. Cisne (2005, p. 8) complementa ao afirmar que “a emancipação da mulher está associada à construção de uma nova sociedade”.

Sanguinete (2016) afirma que nossa sociedade possui valores patriarcais enraizados e que, apesar das conquistas das mulheres e da constante evolução do conhecimento e do acesso às informações, esses valores ainda são determinantes nas relações sociais. Cisne (2015) acrescenta que o patriarcado é uma relação social estrutural e que

[...] o poder hegemônico do patriarcado nas relações sociais vigentes permite que o mesmo se efetive até na ausência do homem, uma vez

que as mulheres, também, incorporam-no e o reproduzem, seja entre si ou na educação de seus filhos e filhas. Isso não ocorre devido à concordância ou à convivência consciente das mulheres, mas devido ao fato do patriarcado funcionar como um sistema regido pelo medo e embebido de ideologia, concretizado em uma sociedade permeada por relações de alienação. (CISNE, 2015, p. 64).

As marcas desse processo cultural, econômico e social, combinadas com a segregação entre sexos, estão presentes em vários aspectos da vida cotidiana, tais como: diferenças salariais entre homens e mulheres que ocupam o mesmo cargo, sexualização da figura feminina, diferenciações entre as emoções de meninas e meninos, além de outros traços que exemplificam a diferença de tratamento e o processo de inferiorização ao qual a mulher é submetida.

A partir de nossos estudos, constatamos que uma das questões mais emblemáticas é a naturalização de tais valores e sua aceitação por parte da sociedade. Falar de machismo na sociedade capitalista requer, conforme mencionado acima, o evidenciamento da luta das mulheres. Sendo assim, a discussão de gênero perpassa por diversas questões.

Conforme afirmam Santos e Ferraz (2014), os questionamentos a respeito das diferenças de gênero surgem a partir do movimento sufragista, o qual representou a primeira onda do feminismo no mundo, marcada por questões políticas e sociais. Louro (2004) diz que um dos discursos ao qual se deu bastante ênfase no século XIX, era o de que a formação das mulheres deveria ter ênfase no aspecto moral, na formação de seu caráter, para serem boas esposas e mães, não devendo ser instruídas. A segunda onda ocorreu em meados da década de 1960 e abrangeu, além das questões políticas e sociais, a concepção do conceito de gênero. Estudiosas, críticas e militantes do movimento foram responsáveis pelas discussões acerca da temática.

Fahs (2018) explica que a luta pelos direitos da mulher e das minorias em geral sempre andaram lado a lado e que, na época do Brasil Colônia, que corresponde ao período de 1500 a 1822, poucos direitos foram conquistados, uma vez que as mulheres eram tidas como propriedade dos homens que as cercavam. O enfoque da luta das mulheres nessa época eram o direito à participação na política, à educação, ao divórcio e o acesso ao mercado de trabalho.

A discussão se acirra a partir dos anos de 1980, quando pesquisadoras se apropriaram do conceito de gênero com base em estudos internacionais, o que

potencializou o debate sobre as desigualdades entre homens e mulheres. Ritt (2012) afirma que as primeiras atuantes na defesa dos direitos da mulher no nosso país viam na educação a chave para a emancipação feminina, uma forma de as mulheres assumirem papéis de prestígio no mercado de trabalho, assim como a chance de uma melhora no *status* social da mulher em geral.

Outro passo importante para a discussão acerca do gênero, foi a criação da Resolução nº 34/180 da Assembleia Geral das Nações Unidas, do dia 18 de dezembro de 1979, que foi aprovada pelo Decreto Legislativo nº 14.11.1983, a qual adotou a Convenção pela Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher - CEDAW. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1979).

A convenção propunha aos países membros o comprometimento do embate a todas as formas de discriminação contra a mulher. No Brasil, o Congresso Nacional ratificou a assinatura, com algumas reservas, em 1984. No artigo 10º do Tratado Internacional (1984), o papel do Estado fica claro como se pode verificar a partir dos exemplos a seguir:

Artigo 10 - Os Estados-partes adotarão todas as medidas apropriadas para eliminar a discriminação contra a mulher, a fim de assegurar-lhe a igualdade de direitos com o homem na esfera da educação e em particular para assegurar, em condições de igualdade entre homens e mulheres; [...]

c) a eliminação de todo conceito estereotipado dos papéis masculino e feminino em todos os níveis e em todas as formas de ensino, mediante o estímulo à educação mista e a outros tipos de educação que contribuam para alcançar este objetivo e, em particular, mediante a modificação dos livros e programas escolares e adaptação dos métodos de ensino. (BRASIL, 2002, p. 1).

Foi possível verificar na CEDAW que a ONU, já nessa época, demonstrou como o Estado deveria atuar com relação à discriminação contra as mulheres e as formas sexistas no âmbito da educação.

No entanto, contrariando essa normativa e todas as políticas progressistas instituídas no Brasil após os anos de 1980, sobretudo após a implementação da LDBEN em 1996, podemos facilmente identificar no ambiente escolar práticas machistas. São comportamentos advindos dos seres humanos ali presentes (alunos, professores, diretores, familiares etc), mas também evidenciados em algumas práticas pedagógicas e na organização escolar, como a divisão entre meninas e

meninos dentro das salas de aula, padrões de comportamento exigidos para um e para outro, regras de vestimentas desiguais, dentre outras “normas de convivência” tidas como normais ou naturais, que revelam claramente o machismo. (BRASIL, 1996).

Deve-se também considerar os reflexos que a prática sexista dentro das escolas representa em outros meios sociais em que a figura da mulher se insere, como no mercado de trabalho. Conforme afirma Sanguinete (2016), isso se dá a partir da diferenciação de gêneros e da separação dos mesmos, fazendo com que sejam oferecidas oportunidades estereotipadas, que selecionam mulheres para cargos que não reconhecem financeira e intelectualmente o potencial da mulher.

Vale lembrar que a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, o Estado brasileiro passou a incorporar demandas sociais específicas para os gêneros, tornando possível uma discussão acerca da desigualdade na educação, o que na época, se traduzia apenas ao acesso igualitário entre meninas e meninos à educação (BRASIL, 1988).

A partir da criação da LDBEN, no ano de 1996, que regulamenta o sistema educacional público e privado no Brasil desde a educação básica até o ensino superior, concedeu-se progressivo grau de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira às escolas. Assim, cada unidade escolar tinha a responsabilidade e a capacidade de elaborar seu próprio Projeto Político Pedagógico - PPP, a ser pensado de acordo com as demandas da sociedade e da comunidade escolar (BRASIL, 1996).

Neste sentido, deram-se início os temas transversais, que são instituídos pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e correspondem a seis áreas, sendo elas: ética, orientação sexual, meio ambiente, saúde, pluralidade cultural e trabalho e consumo. Cada um dos temas abrange subtemas e apresenta conceitos e valores essenciais à democracia e à cidadania e versam sobre questões importantes para a sociedade contemporânea.

É no campo dos temas transversais que as escolas têm a possibilidade de abranger o debate acerca do machismo, já que os mesmos permeiam todas as áreas do conhecimento e são vividos pela sociedade, pelas comunidades, pelas famílias, pelos alunos e pelos educadores em suas vidas cotidianas (BRASIL, 1998).

Cabe reiterar que o PPP tem como objetivo refletir a proposta educacional da escola em consonância com as demandas da comunidade escolar¹. É por meio dele que a escola se torna capaz de desenvolver um trabalho coletivo, possibilitando o conhecimento acerca dos problemas e conflitos da comunidade, possíveis soluções, e, sobretudo, o debate de questões que atravessam a vida dos estudantes e que tem um reflexo devastador na vida das alunas, como o machismo estrutural.

Após as lutas feministas que impulsionaram a legislação no contexto escolar, pode-se dizer que atualmente a questão de gênero é mais difundida nas escolas e faz parte de alguns discursos dentro do espaço escolar. Contudo, na teoria, todos são contra as práticas machistas, porém isso não é o observado na prática. Nem todas as escolas conseguem acompanhar as mudanças sociais e respeitar os direitos conquistados pelas mulheres.

Isso nos faz perceber que no âmbito escolar existe uma dualidade quanto à atuação dos profissionais, em que ainda verificamos um discurso conservador, ao mesmo tempo em que é nítida a inserção de temáticas atuais e necessárias como a discussão de gênero. Lamentavelmente, os processos educativos formais, no geral, não concebem homens e mulheres como pessoas iguais, em termos de condições e inclusive de direitos. Essas instituições tampouco demonstram interesse em ressaltar como as desigualdades sociais vêm sendo tecidas em nossa sociedade, o que faz com que o modelo tradicional de sociabilidade seja repassado e fortalecido década após década.

De acordo com Passos, Rocha e Barreto (2011), a educação não é um fazer neutro, uma vez que a escola possibilita a construção de ideias políticas e sociais, além de introduzir aos alunos a noção de cidadania. Silva (2011) complementa as reflexões dos autores ao dizer que, historicamente, as relações de gênero se forjam como relações de poder, o que confere um lugar diferente a mulheres e homens na sociedade.

O machismo dentro do contexto escolar pode ser notado em diversas práticas e posicionamentos, como na diferença entre as regras de vestimentas entre estudantes do sexo feminino e masculino, sendo as alunas vistas e tratadas de forma desigual dentro das escolas.

¹ O PPP é construído por cada unidade escolar de acordo com suas particularidades.

A justificativa para o cuidado com as roupas das mulheres de modo geral deve-se à alegação de que a estudante deve se “comportar”, se “resguardar” ou, ainda, “dar-se ao respeito”. Contudo, muitas escolas não problematizam o fato de estudantes do sexo masculino assediarem as mulheres, nem tampouco os responsabilizam ou orientam de que se trata de uma prática equivocada e machista.

A vestimenta discreta e adequada, ou seja, o tamanho dos decotes, o comprimento das saias e shorts ou o uso de camisões ou blusas maiores por cima de calças legging ou outras roupas que destaquem muito a silhueta feminina geralmente é cobrada das professoras por parte dos gestores, e na maioria dos casos quando a equipe gestora é formada exclusivamente por homens. (ARAÚJO, 2015, p. 15).

O machismo também se consubstancia por meio do discurso de docentes e gestores, que muitas vezes insistem em usar do julgamento a principal forma de tratar alunas e colegas, denegrindo e até mesmo diminuindo as mulheres, evidenciando a diferença concreta na forma de tratamento com elas.

Já foram presenciadas situações totalmente inapropriadas, tal como a ‘denúncia’ contra uma professora, feita por outras colegas. Na ocasião, a direção da escola chamou a atenção da docente, alegando que ela usava blusas e calças muito coladas, simultaneamente, ‘distraindo’ os alunos adolescentes e os outros colegas de trabalho. Nesse exemplo citado, os professores faziam piadinhas quando ela passava e outras mulheres no ambiente se diziam constrangidas e incomodadas. (ARAÚJO, 2015, p. 15).

Deve-se evidenciar também a falta de debates acerca da temática nas escolas e no contexto educacional como um todo, assim como a escassez de projetos que possibilitem a discussão do tema com professores, gestão, alunos e comunidade em geral.

Diante do exposto, é imprescindível ressaltar a importância de se observar o machismo no contexto escolar, não somente pela ótica do senso comum trazido além da mera discriminação contra a mulher, mas com uma visão ampliada que o compreenda enquanto elemento fundamental na manutenção do capitalismo. Para Dantas e Cisne:

Esse sistema patriarcal se configura como um pacto social entre os homens no sentido de garantir privilégios, exploração e dominação. Para tanto, tal estrutura é munida de uma forte ideologia que

estabelece normas sociais que ditam a construção social do sexo ao atribuir valores, atributos, qualidades e símbolos à figura da mulher. Por sua vez, determina como devem se comportar e quais espaços lhe cabem na sociedade. (DANTAS; CISNE, 2017, p. 79-80).

Por isso, é de extrema urgência que a escola se torne um ambiente de desconstrução dos valores machistas presentes na sociedade, promovendo debates e práticas norteadas pela igualdade de gênero, provocando o entendimento dos fenômenos históricos que deram vazão ao comportamento machista.

Como afirmam os autores Costa, Rodrigues e Vanin (2011), a escola é um espaço ímpar para promover mudanças que favoreçam a construção de sujeitos críticos, conscientes e com posturas democráticas. Mas, para isso, é preciso que as práticas e representações inseridas no contexto escolar sejam revisadas e alteradas, uma vez que perpetuam valores sexistas. Estes valores justificam práticas de exclusão, de diferenciação e de violência contra as mulheres. A naturalização da exclusão, tanto da mulher, quanto dos que não fazem parte de um “padrão imposto socialmente”, legitima a superioridade do homem em relação à mulher, fazendo com que esse pensamento e comportamento seja reproduzido dentro e fora da escola, por homens e também por mulheres e em diversos contextos.

Combater o machismo dentro das escolas se mostra um desafio, tanto no que diz respeito ao planejamento das práticas pedagógicas em si, como na inserção dessas mudanças, o que comumente gera um estardalhaço por parte de conservadores, que resistem a mudanças estruturais, tão necessárias a todos (SANGUINETE, 2016).

O profissional da educação oferece condições para que o outro se conscientize, transmitindo valores, atitudes, comportamentos e ideias. Portanto, ele deve ter uma análise crítica sobre o mundo e o modo de organização da sociedade capitalista, sendo capaz de elaborar novas e eficientes práticas educativas partindo do pressuposto de que os papéis sociais são construções culturais, e não naturais, ou seja, podem e devem ser alterados.

CAPÍTULO 2

FORMAS DE COMBATE AO MACHISMO NO ÂMBITO EDUCACIONAL

Neste capítulo, refletimos sobre as formas de combate ao machismo no contexto escolar, de forma a exemplificar como algumas ações podem mudar a maneira como o assunto é tratado dentro das escolas, mas sobretudo alterar práticas, comportamentos e ideologias.

Piva (2015) afirma que mesmo com a existência dos PCNs e seus temas transversais, que sugerem o incentivo de se trabalhar com diferentes aspectos envolvendo o conceito de sexualidade (temática que pode ser inserida em diversas áreas de conhecimento), a escola, os profissionais inseridos nesse espaço e a comunidade educativa como um todo ainda demonstram dificuldades em tratar essa questão, pois existe um receio de abordar assuntos que possam gerar conflitos e discussões. Nesse sentido, essa atitude deve ser alterada, pois a escola é um local essencial de problematizações acerca das questões que envolvem a vida em geral. Assim, é imprescindível que todos os sujeitos inseridos no contexto escolar tenham consciência de que tratar de temas como o machismo significa abrir oportunidades para mudar paradigmas e comportamentos, garantindo respeito às mulheres. Isso se inicia por meio de práticas pedagógicas e de diálogos.

Mesmo levando em consideração o convívio familiar como relevante para a construção da identidade dos alunos, Piva (2015) destaca ainda que as interações vividas no ambiente educacional formam a maior parte do repertório cultural, social e histórico da identidade desses sujeitos, formando conceitos que serão tidos como referência durante toda a vida. Logo, a escola ocupa lugar fundamental no processo de sociabilidade dos sujeitos, pois é um espaço privilegiado para a sensibilização e a construção de pensamentos críticos, podendo a partir de diferentes ações, fomentar reflexões sobre a vida em sociedade, tornando os educadores, os alunos e as próprias famílias protagonistas dessas reflexões.

As relações de gênero devem ser notadas como relações de poder, e estas, por sua vez, devem ser transformadas. Silva (2011) explicita que, se houver mudanças no modo como as relações se organizam, também pode haver mudanças nas formas como essas relações são representadas e vividas, o que não ocorre de

forma automática e necessita do empenho de todos os envolvidos no âmbito escolar.

Considera-se que por mais que a instituição escolar não defenda o machismo de forma explícita, ela colabora para a sua perpetuação na prática com hábitos presentes no contexto escolar. Em uma sociedade democrática, a educação deve ter compromisso com a redução das desigualdades e tem a tarefa, conforme Castro (2019, p. 2), de “não só de desestabilizar os paradigmas de identidades femininas subalternizadas ideologicamente pelo machismo, mas também os modelos de identidades masculinas tóxicas, frutos do mesmo machismo”.

Quando pensamos em combater o machismo, imaginamos mudanças estruturais e complexas, que são necessárias. Mas comportamentos e práticas didáticas podem dar início a esse longo processo, que deve acometer todo o sistema educacional.

O estímulo às estudantes, de forma a não limitar escolhas para que possam almejar oportunidades profissionais que geralmente são destinadas aos homens, pode gerar “um processo de ruptura com o conservadorismo que impõe funções sociais como masculinas ou femininas” (SANGUINETE, 2016, p. 21), o que, por mais simples que possa parecer, colabora no combate ao machismo.

Por parte dos docentes, existem práticas simples que podem impulsionar a mudança de práticas machistas, como por exemplo, a busca nas artes e na tecnologia por ferramentas que trazem a possibilidade de reflexão acerca da temática. Sanguinete (2016) afirma que algumas dessas práticas já fazem parte do cotidiano de diversos profissionais da educação, como a análise de conteúdos midiáticos na busca de uma leitura aprofundada de questões que devem ser trabalhadas no combate aos preconceitos, bem como o trabalho com produções pertencentes a outros contextos históricos, em que o machismo era ainda mais naturalizado, viabilizando uma comparação com os dias atuais.

Peças teatrais, trabalhos com músicas, filmes e suas expressões, rodas de conversa, debates e atividades temáticas também podem fazer parte do cotidiano escolar, proporcionando um espaço onde os alunos possam expor opiniões e onde o professor terá o papel de intervir, segundo esclarece Sanguinete (2016, p. 21), “apenas na proposição de reflexões acerca dos pontos de vista expostos, sempre

estimulando a reflexão dos alunos, buscando a formação de consenso na busca pela igualdade de tratamento”.

É necessário que educadores, estudantes, famílias e demais sujeitos inseridos no ambiente escolar, reflitam sobre sua prática, atentando-se para a não reprodução de discursos sexistas, a fim de não fomentar rivalidade entre homens e mulheres. Essas ações podem ser traduzidas, por exemplo, em gestos, em reflexões diárias e em problematizações sobre comportamentos diários na escola, os quais devem mostrar um posicionamento contrário a práticas e a pensamentos machistas, que revelam injustiças e diferentes formas de discriminação.

É oportuno destacar ainda que, segundo Faermann e Suave (2015), a escola é um palco onde se manifestam inúmeras expressões da questão social decorrentes das desigualdades que atravessam a vida de muitos alunos e de suas famílias, sobretudo os que se encontram em condições vulneráveis, vivenciando a pobreza e outras formas de desigualdades decorrentes do sistema capitalista. Cabe esclarecer que:

A Questão Social é expressão das desigualdades sociais constitutivas do capitalismo. Suas diversas manifestações são indissociáveis das relações entre as classes sociais que estruturam esse sistema e nesse sentido a Questão Social se expressa também na resistência e na disputa política. (YAZBEK, 2009, p. 3).

Nesse sentido, entende-se a importância de se pensar ações de combate ao machismo no ambiente escolar onde um grande contingente de alunos da educação pública é advindo de setores da população que mais sofre com a questão social e cujas práticas machistas levam muitas vezes à reprodução da violência e do próprio feminicídio, outro assunto a ser colocado em pauta.

A partir do momento em que os direitos do homem são colocados acima dos da mulher, podemos perceber que os privilégios atribuídos a eles são naturalizados, sendo vistos como máximas, isto é, como preceitos que servem de normas no dia a dia social. Percebe-se que o direito à vida das mulheres muitas vezes é ameaçado por esses privilégios.

Vale pontuar que feminicídio é o termo usado para denominar assassinatos de mulheres cometidos em razão do gênero, ou seja, quando a vítima é morta por ser mulher. Esse processo é acompanhado por misoginia e menosprezo pela condição feminina ou discriminação de gênero, fatores que também podem envolver

a violência doméstica e sexual. A lei 13.104/15, mais conhecida como “Lei do Femicídio” alterou o Código Penal brasileiro, incluindo o feminicídio como qualificador do crime de homicídio. Dias e Silva (2020) explicam que a violência contra a mulher, em especial o feminicídio, constitui-se um problema de caráter social oriundo da cultura machista no sistema capitalista, defensora do arquétipo de que a mulher é submissa ao homem, o que advém da cultura patriarcal de nossa sociedade. Beal *et al.* (2015) complementa essas reflexões afirmando que o feminicídio deve ser tratado como uma questão de desigualdade de gênero, uma vez que não se refere a um crime acidental, sendo estrutural e ocorrendo simplesmente pelo fato de a vítima ser mulher. Em geral, os homens que cometem esse tipo de crime, o fazem fundamentados pela cultura histórica de poder e violência contra a mulher, ou seja, historicamente, existe a percepção de que determinadas situações justificam a violência e o assassinato.

No decorrer dos anos, o machismo se perpetuou através de uma camuflagem que muitas vezes o configura como amor e cuidado, o que leva muitos homens a exercerem controle total sobre a mulher.

Neste sentido, é de suma importância que esse assunto seja tratado no ambiente educacional, incluindo a relação entre o machismo e o feminicídio, para que fique claro que a desigualdade de gênero não deve ser abordada como algo inofensivo, ou que exista uma classificação entre o que é aceitável em uma prática machista e o que não é. A naturalização desse comportamento perpetua uma cultura que violenta e mata mulheres a cada dia.

Dados apresentados pelo Núcleo de Estudos da Violência da USP e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, disponibilizados pelo portal Rede Brasil Atual neste ano, revelam que o número de mulheres vítimas de violência no primeiro semestre de 2020 aumentou, sinalizando que as principais vítimas de feminicídio são mulheres negras. Foram assassinadas 1.890 mulheres de forma violenta, um aumento de 2% em relação ao mesmo período de 2019. Desse contingente, 631 foram crimes de ódio motivados pela condição de gênero, ou seja, feminicídio. (ÍNDICE de feminicídio aumenta em 2020, e mulheres negras são as principais vítimas, 2020).

Posto isso, entendemos que as ações acima citadas de combate ao machismo no ambiente escolar são extremamente importantes e devem ser

articuladas com outros equipamentos públicos como Conselho Tutelar, Unidades de Saúde, CRAS, CREAS, entre outros.

Certamente, essas práticas não são suficientes para mudar o pensamento de todos os que convivem no ambiente escolar, uma vez que a escola congrega pessoas com pensamentos e valores diversos e plurais e que essas pessoas recebem formação de outros espaços, não somente dentro das salas de aulas e dos espaços escolares.

Também deve ser levado em consideração que, apesar do comprometimento de alguns profissionais em combater o machismo e outras formas de discriminação, o conservadorismo é elemento presente dentro do contexto educacional, o que mostra que não basta debater questões tão complexas apenas com alunos, é preciso haver uma mudança no sistema educacional como um todo:

[...] não apenas pela questão gênero, mas sim porque mostra uma série de deficiências tanto legais como no que se refere à questão física e material das escolas, que ainda funcionam de maneira a preparar um sujeito acrítico, incapaz de refletir, mas que esteja preparado para reproduzir papéis simplórios no mercado de trabalho. (SANGUINETE, 2016, p. 20).

De acordo com Dias e Silva (2020), Beal *et al.* (2015) e Sanguinete (2016), os autores supracitados, o conservadorismo origina-se de processos sócio-históricos sendo reproduzidos frequentemente por pessoas que defendem a estabilidade de instituições como a família tradicional, a religião, a heterossexualidade, dentre outros aspectos colocados na sociedade como normais e naturais a partir do senso comum. Assim, tais pessoas se colocam contra qualquer tipo mudança que ameace a estabilidade dessas instituições ou altere formas de comportamento.

Sepulveda e Sepulveda (2016) analisam o conservadorismo na educação, trazendo a afirmação de que a partir do discurso e do pensamento conservadores, alunos, docentes e funcionários absorvem uma conduta como aceitável e normal, perpetuando as desigualdades existentes no espaço escolar. Essas desigualdades são construídas nas relações de poder, o que estabeleceu a ideia de diferença entre gênero.

A escola, no entanto, assim como explicita Castro (2019), é sinônimo de resistência da classe trabalhadora, haja vista os movimentos estudantis e as greves por parte dos docentes, recorrentes desde a redemocratização do Brasil. Além

disso, ela também incorporou demandas referentes a grupos que são historicamente oprimidos e é, portanto, um dos espaços que mais absorveu essas pautas.

O termo conservadorismo se tornou recorrente nos debates públicos brasileiros e mundiais na contemporaneidade, podendo ser visto por diversas vezes nos noticiários, mostrando a todos o quanto o conservadorismo está enraizado em nossa sociedade e principalmente defendido pelo atual governo Bolsonaro.

As pautas defendidas já no final do governo Temer (2016-2018) e assumidas com intensidade no governo Bolsonaro sinalizam recuos civilizatórios de monta. São exemplos desse processo a aprovação em 2017 pelo Supremo Tribunal Federal da implantação do ensino religioso confessional² nas escolas públicas; os projetos de lei como o Escola Sem Partido, que visavam a proibir a discussão de ideologia de gênero³ nas escolas; o Projeto Cura Gay; e o Projeto de Redução da Maioridade Penal. Além do desrespeito escancarado do governo Bolsonaro às mulheres, aos negros e aos índios, sua apologia à ditadura e a torturadores como coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, ex-chefe do DOI-Codi de São Paulo, reconhecido centro de tortura do regime militar e suas ameaças de fechamento do Supremo Tribunal Federal com apoio aos manifestantes de direita.

A maior parte dos discursos políticos do atual presidente da república, Jair Messias Bolsonaro, que se autodeclara conservador e nacionalista, é carregada de preconceitos e de termos pejorativos, que na maioria das vezes objetificam e inferiorizam a mulher. Além disso, são discursos marcados pela incoerência, pela ignorância e pelo ódio contra pobres, negros e mulheres.

Enquanto o sistema vigente for o de classes, perdurarão elementos do patriarcado. Sendo assim, “sem pretender partir da postura ingênua de supor que é possível transformar a sociedade a partir da escola” (SILVA, 2011, p. 133), devemos fomentar a discussão acerca do machismo com base em uma abordagem crítica e científica, para que seja possível abalar a estrutura conservadora da educação e posteriormente tornar possível a desconstrução de valores sexistas nesse espaço.

² Vale esclarecer que o ensino religioso confessional diz respeito ao ensino de uma religião específica como matéria facultativa nas escolas públicas brasileiras.

³ A "ideologia de gênero" é uma expressão usada pelos críticos da ideia de que os gêneros são, na realidade, construções sociais.

Acreditamos que a inserção do Assistente Social no âmbito escolar deve funcionar como um impulso para o enfrentamento das expressões da questão social, trabalhando na busca pela ascensão e pela emancipação da mulher.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*"É chegada a hora da reeducação de alguém
do pai, do filho, do espírito santo, amém
O certo é louco tomar eletrochoque
O certo é saber que o certo é certo
O macho adulto branco sempre no comando
E o resto ao resto, o sexo é o corte, o sexo
Reconhecer o valor necessário do ato hipócrita
Riscar os índios, nada esperar dos pretos"*

(Caetano Veloso, O Estrangeiro, 1989).

Com o presente estudo, objetivou-se apresentar as características do machismo no âmbito escolar, como esse processo se reproduz nesse meio e quais são as suas consequências. Ademais, buscou-se vislumbrar formas de debater a temática nas escolas e ao mesmo tempo fomentar ideias de combate a esse comportamento, de forma a incitar a discussão de um assunto tão importante dentro das escolas.

As pesquisas bibliográfica e documental serviram de base para este Trabalho de Graduação. Por meio da revisão de literatura pudemos levantar dados e conhecimentos importantes para identificar os fundamentos das práticas machistas existentes nas instituições de educação, mostrando-nos pistas, caminhos e possibilidades efetivas de combate a elas.

Ao longo da pesquisa, observou-se que o machismo é um fenômeno social que é produto direto da sociedade capitalista, reflexo da desigualdade presente na sociedade de classes. O machismo se expressa por meio da opressão da mulher pelo homem, perpassando pelas relações de classe. Conforme esclarece Álvaro (2013, p. 47), "trata-se de analisar como as mulheres sofrem uma exploração particular, ainda mais intensa do que a dos homens da classe trabalhadora e que isso atende diretamente aos interesses dominantes".

O senso comum pode sinalizar que o machismo é apenas um incômodo que as mulheres relatam em meio a situações de seu cotidiano, sobre a convivência com ou entre homens ou ainda excessos de feministas. No entanto, diferentemente dessa ideologia pregada reiteradamente no cotidiano social, é um fenômeno cruel exaustivamente sofrido e vivido por mulheres e reproduzido na sociedade capitalista. O machismo é resultado de uma dada sociabilidade e é concretizado por meio de

ações, gestos, silêncios, proibições, indiferenças, agressões e opressões sobre mulheres, sejam elas idosas, adultas, jovens, adolescentes ou crianças.

Frente ao exposto, precisamos tratar o assunto com a devida importância, dada a gravidade de sua recorrência em todas as esferas da sociedade, o que causa um grande impacto na vida de mulheres, seja por meio de opressão, subordinação, exploração, violência e até mesmo morte, ou seja, feminicídio.

Compreendemos que a presente pesquisa se faz importante na problematização da temática, uma vez que será documentada e poderá instigar novos estudos sobre o objeto de pesquisa e quiçá novos comportamentos. Trata-se, portanto, de uma elaboração acadêmica realizada de forma crítica, podendo também posteriormente ser levada ao ambiente educacional em forma de discussões, de rodas de conversas e de palestras.

Quanto às características do machismo no âmbito escolar, os estudos revelam que essas se apresentam nos discursos preconceituosos, de modo geral, dos homens e estudantes do sexo masculino, sendo reproduzido muitas vezes pelas próprias mulheres. As atitudes discriminatórias são reiteradas dentro das escolas, com diferença de tratamento de alunos e funcionários para com colegas, professoras e estudantes do sexo feminino. Tais características se expressam nas regras impostas às estudantes - como vestimentas -, aos tipos de jogos considerados masculinos, às práticas ou comportamentos tidos como femininos ou masculinos etc. O machismo também se consubstancia nesse *lócus* pela falta de medidas e projetos que visem a diminuir o machismo no contexto educacional.

As justificativas para o machismo - manifestado por atitudes de preconceito de gênero - advêm da forma como a sociedade capitalista se organiza, e são mantidas por forças do senso comum, por instituições tradicionalistas e por expressões religiosas.

Diante do exposto, é necessário que as instituições de ensino, e conseqüentemente seus gestores, estejam atentos às expressões do machismo dentro do ambiente escolar, buscando assim desenvolver práticas pedagógicas que procurem romper com esse processo que gera opressão nas estudantes e desigualdade. Além disso, há também a necessidade de se debater a temática nas escolas e ao mesmo tempo fomentar ideias de combate a esse comportamento, de forma a incitar a discussão de um assunto tão importante dentro das escolas.

Buscamos, portanto, evidenciar essas práticas existentes no âmbito escolar e demonstrar formas de refletir sobre esse assunto para combater e/ou enfrentar o comportamento machista. Assim, foi possível vislumbrar que algumas práticas simples podem significar o começo de uma mudança necessária, implementando ferramentas e práticas didáticas que tenham como objetivo uma educação crítica e politizada.

Também é preciso que outras esferas da sociedade (como a família, a igreja e a mídia) tenham conhecimento sobre essas práticas e suas consequências, a fim de ampliar a rede de disseminação socioeducativa, possibilitando a inclusão da temática nas pautas educacionais e em outros equipamentos públicos e privados.

Sabe-se que a escola é um *lócus* privilegiado para a formação crítica dos sujeitos, mas é fundamental ter clareza de que apenas a educação não transforma a estrutura da sociedade, visto que possui alguns limites. Igualmente, vale lembrar que do mesmo modo que a escola tem possibilidades contra-hegemônicas, pode corroborar com práticas machistas.

Ou seja, o ambiente escolar é lugar propício para a reprodução do preconceito e de discursos discriminatórios, como a chamada prática do *bullying* e de outras ações excludentes. Mas, a escola é também o lugar da reflexão, da construção do conhecimento, espaço onde as práticas podem ser refletidas e resignificadas. (COUTO; COSTA; FAERMANN, 2020, p. 11).

A partir da compreensão de que a sociedade capitalista é marcada pelo patriarcado e pelo conservadorismo, esses elementos atravessam todas as esferas da vida social, e a escola não está imune a isso, porém, pode resistir e lutar.

Mediante a literatura estudada, foi possível realizar a análise da temática a que nos propomos de forma objetiva, mas sob uma perspectiva crítica e de totalidade, negando visões do senso comum, que não têm embasamento teórico. Também pudemos entender que questões tão complexas e enraizadas na sociedade não se resolverão em curto prazo, necessitando da formação de pessoas com pensamento crítico, de resistências populares, de projetos exitosos e de lutas sociais.

REFERÊNCIAS

ÁLVARO, Mirla Cisne. **Feminismo, luta de classes e consciência militante feminista no Brasil**. 2013. 408 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social. UERJ, Rio de Janeiro, 2013.

ARAÚJO, Manoela Maria de. **O machismo no ambiente escolar: a verificação da existência de diferenças de tratamento entre alunas/professoras e alunos/professores no CED 14 de Ceilândia**. 2015. 49 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos, no contexto da Diversidade Cultural) - UnB, Brasília, 2015.

AUAD, Daniela. **Educar meninas e meninos: reações de gênero na escola**. São Paulo: Contexto, 2012. 96 p.

BACCARIN, Letícia Matheus. **Diferenças entre ciências sociais e ciências da natureza**. Sociedade, Cultura e Natureza, Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz/USP. Piracicaba, SP, 2016. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/856224/mod_resource/content/1/T1%202016.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2020.

BEAL, Margô de Lima et al. Uma reflexão acerca do feminicídio. In: SIMPÓSIO DE SUSTENTABILIDADE E CONTEMPORANEIDADE NAS CIÊNCIAS SOCIAIS, 3., 2015, Cascavel. **Anais eletrônicos...** Cascavel: Centro Universitário FAG, 2015. Disponível em: <https://www.fag.edu.br/upload/contemporaneidade/anais/55954bcbb0abd.pdf>. Acesso em: 23 out. 2020.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 2001.

BRASIL. Resolução CFESS nº 290/1994 e 293/1994. Institui o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 30 mar. 1993. n. 60, seção 1, p. 4004-4007.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1. Brasília, DF, ano 248, p. 27833, 23 dez. 1996.

_____. Resolução CFESS n. 273/93. Institui o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais e dá outras providências. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1993.pdf>. Acesso em: 23 out. 2020.

_____. **Secretaria da Educação Fundamental**. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998. 436 p.

BRASIL. Decreto nº 4.377, de 13 de setembro de 2002. **Promulga a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, de 1979, e revoga o Decreto nº 89.460, de 20 de março de 1984.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4377.htm#:~:text=Os%20Estados%20Partes%20adotar%C3%A3o%20todas,os%20referentes%20ao%20planejamento%20familiar>. Acesso em: 23 out. 2020.

CASTAÑEDA, Marina. **O machismo invisível.** São Paulo: A Girafa, 2006. 304 p.

CASTRO, Matheus Rufino. Capitalismo dependente, conservadorismo e educação: uma análise dos ataques reacionários à educação brasileira. **Revista Trabalho Necessário**, Niterói. v. 17, n. 33, p. 298-320. maio/ago. 2019.

CISNE, Mirla. Marxismo: uma teoria indispensável à luta feminista. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL MARX E ENGELS, 4., 2005, Campinas. **Anais eletrônicos...** Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2005. Disponível em: <http://www.unicamp.br/cemarx/ANAIS%20IV%20COLOQUIO/comunica%e7%F5es/GT4/gt4m3c6.PDF>. Acesso em: 26 jun. 2020.

_____. **Feminismo e consciência de classe no Brasil.** São Paulo: Cortez Editora, 2015. 250 p.

COSTA, Ana Alice Alcantara; RODRIGUES, Alexnaldo Teixeira; VANIN, Iole Macedo (org). **Ensino e Gênero: perspectivas transversais.** Salvador: UFBA – NEIM, 2011. 247 p.

COUTO, Catarina; COSTA, Silvio; FAERMANN, Lindamar Alves. Cisnormatividade, violência e instituição escolar. **Revista Conjectura: Filosofia e Educação.** Caxias do Sul, 2020. No prelo.

DANTAS, Maressa Fauzia Pessoa; CISNE, Mirla. “Trabalhadora não é o feminino de trabalhador”: superexploração sobre o trabalho das mulheres. **Argumentum**, Vitória, v. 9, n. 1, p. 75-88. jan./abr. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/13722>>. Acesso em: 12 set. 2020.

DIAS, Ana Laura Silva; SILVA, Fabille Nayara de Assis. Femicídio no Âmbito Brasileiro. **ETIC - Encontro De Iniciação Científica.** Presidente Prudente, v. 16, n. 16, 2020. Disponível em: <<http://intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/ETIC/article/view/8676>>. Acesso em: 23 out. 2020.

FAERMANN, Lindamar Alves; SUAVE, Angela Michele. **Projeto Extensionista ‘Assessoria do serviço social aos profissionais da educação do município de Taubaté’.** 2015.

FAHS, Ana C. Salvatti. Movimento feminista: história no Brasil. **Politize**, 2018. Disponível em: <goo.gl/Lcb7yN>. Acesso em: 20 set. 2020.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008. 216 p.

ÍNDICE de feminicídio aumenta em 2020, e mulheres negras são as principais vítimas. **Rede Brasil Atual**. São Paulo, 19 set. 2020. Disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2020/09/femicidio-2020-mulheres-negras>>. Acesso em: 17 nov. 2020.

LOPES, Nirleide Dantas. A violência contra a mulher no capitalismo contemporâneo: opressão, exploração e manutenção do sistema. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 11 & 13TH WOMEN'S WORLDS CONGRESS, 2017. **Anais**, Florianópolis, 2017.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary (Org); BASSANEZI, Carla (coord. de textos). **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004. p.446-447.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

OLIVEIRA, Marcio de; MAIO, Eliane Rose. “Você tentou fechar as pernas?” A cultura machista impregnada nas práticas sociais. **Revista Polêmica**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p 1-18. jul./set. 2016. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/polemica/article/view/25199/18031>>. Acesso em: 12 out. 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **CONVENÇÃO sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher**. Adotada pela Resolução 34/180 da Assembléia Geral das Nações Unidas, em 18 de dezembro de 1979 - ratificada pelo Brasil em 1 de fevereiro de 1984. Disponível em: <<http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/discrimulhe r.htm>>. Acesso em: 15 ago. 2020.

PASSOS, Elizete; ROCHA, Nívea; BARRETO, Maribel. Gênero e Educação. In: COSTA, Ana Alice Alcantara; RODRIGUES, Alexnaldo Teixeira; VANIN, Iole Macedo. **Ensino e Gênero: perspectivas transversais**. Salvador: UFBA – NEIM, 2011.

PIVA, Susi Francis Amaral. Expressões sexistas no ambiente escolar. 2015. 56 f. Monografia (Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos) - UnB, Brasília, 2015. Disponível em: <<https://bdm.unb.br/handle/10483/14476>>. Acesso em: 23 out. 2020.

PRAÇA, Fabíola Silva Garcia. Metodologia da pesquisa científica: organização estrutural e os desafios para redigir o trabalho de conclusão. **Diálogos Acadêmicos**. Fortaleza, v. 8, n. 1, p. 72-87, 2015.

PRATES, Jane Cruz. O método marxiano de investigação e o enfoque misto na pesquisa social: uma relação necessária. **Textos & Contextos**. Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 116-128, 2012.

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. In: BEUREN, Ilse Maria (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2004. p. 76-97.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012. 334 p.

RITT, Caroline Fockink. A conquista da educação pelas mulheres na história do Brasil, a violência doméstica praticada contra a mulher e a aplicação do art. 41 da Lei Maria da Penha, para a punição do agressor da violência de gênero. **Revista do Curso de Direito da FSG**. Caxias do Sul, v. 6, n. 12, p. 41-53, 2012.

SANGUINETE, Daniel. **O conservadorismo social brasileiro e sua influência na manifestação do machismo nas práticas pedagógicas**. 2016. 25 f. Trabalho de Conclusão de Curso de Curso (Especialização em Gênero e Diversidade na Escola) - UFMG, Diamantina, 2016.

SANTOS, Cristina Silva dos; FERRAZ, Roselane Duarte. Relações de Gênero: uma reflexão necessária no ambiente escolar. In: EPENN - Encontro de Pesquisa Educacional do Norte e Nordeste, 22., 2014. Natal. **Anais...** Natal: 2014.

SEPULVEDA, José Antonio; SEPULVEDA, Denize. O pensamento conservador e sua relação com práticas discriminatórias na educação: a importância da laicidade. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 47, p. 141-154. out./dez. 2016.

SILVA, Maví Consuelo; MENDES, Olenir Maria. As marcas do machismo no cotidiano escolar. **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia, v. 28, n. 1, p. 90-99. jan./jun. 2015.

SILVA, Salete Maria da. Gênero E Cidadania: Questões Para Serem Pensadas no Quotidiano Escolar. In: COSTA, Ana Alice Alcantara; RODRIGUES, Alexnaldo Teixeira; VANIN, Iole Macedo. **Ensino e Gênero: perspectivas transversais**. Salvador: UFBA – NEIM, 2011. cap. 9, p. 125-138.

ORSO, Paulino José. Educação, história, possibilidades e os limites. **Germinal: Marxismo e educação em debate**. Salvador, v. 4, n. 2, p. 46-57, out. 2012.

VELOSO, Caetano. O estrangeiro. Intérprete: Caetano Veloso. In: CAETANO VELOSO. **O estrangeiro**. São Paulo: Philips: Polygram, 1989. 1 CD (ca. 36:69 min.). Faixa 1. Remasterizado em digital.

YAZBEK, Maria Carmelita. O significado sócio-histórico da profissão. **Serviço Social**. [S.l.] 2009.



UNITAU

Departamento de Serviço Social
Rua Visconde do Rio Branco nº22
Taubaté – SP CEP: 12020-040
Telefone: (12) 3621.8958 FAX: (12) 3621-8958
Email: ssocial.unitau@gmail.com

**TRABALHO DE GRADUAÇÃO
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL - 2020**

PARECER AVALIATIVO

Título: O machismo na educação	
Estudante: Marcela Rezende Gonzaga	
Membro da Banca: Profa. Dra. Lindamar Alves Faermann	Categoria: Professora Orientadora

A monografia ora apresentada cumpre os requisitos exigidos de um trabalho de caráter acadêmico-científico, apresentando originalidade e relevância social e profissional.

A estudante dialoga com a realidade e com o seu cotidiano de vida, tanto que seu interesse pela temática se origina de suas vivências concretas, demonstrando seu olhar comprometido e atento para o conjunto das desigualdades produzidas na sociedade capitalista/machista. Tal movimento é fundamental para o fazer do/a assistente social, visto que em sua intervenção é essencial analisar o real interrogando-o constantemente.

Ressalta-se ainda que o tema elegido pela estudante é importante tanto para o Serviço Social quanto para a educação.

Quanto ao processo de orientação e a construção do Trabalho de Graduação, evidencio os desafios que o permearam (pandemia COVID 19 e as demandas subjetivas da estudante), mas não obstruíram sua finalização. Neste sentido, parabenizo-a pela conquista.

Ressalto ainda que a relação professora-aluna foi marcada por respeito, consideração e empatia. Parabéns pela conclusão do curso, querida Marcela!!!

Desejo sucesso na sua vida pessoal e profissional.

Paulo Freire diz que *“ninguém nasce feito, é experimentando-nos no mundo que nós nos fazemos”*. Continue crescendo, se fazendo, se realimentando na luta, no conhecimento e também no afeto. Sem isso, não vivemos.

Com amor,

Linda

Taubaté, 03 de Dezembro de 2020.



Departamento de Serviço Social
Rua Visconde do Rio Branco nº22
Taubaté – SP CEP: 12020-040
Telefone: (12) 3621.8958 FAX: (12) 3621-8958
Email: ssocial.unitau@gmail.com

**TRABALHO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL - 2020**

PARECER AVALIATIVO

Título: O MACHISMO NA EDUCAÇÃO	
Estudante: Marcela Rezende Gonzaga	
Membro da Banca/CRESS: Juliana Alves Barbosa de Sousa – CRESS: 36098	Categoria: Professor(a)

Marcela,

Primeiramente, parabênzo por esta conquista, sei dos seus desafios e das suas lutas, também conheço sua capacidade e inteligência, por isso ouse mais e confie em você.

Tenha certeza que, sua Vovó Lily a quem você dedicou este trabalho está extremamente orgulhosa.

O trabalho alcançou seus objetivos, seguindo todas as exigências acadêmicas, assim como apresentando conteúdo de forma clara objetiva, respaldado por uma rica referência bibliográfica e análise crítica.

Destaco alguns pontos do seu trabalho:

- 1) A temática – atual, pertinente e de suma importância;
- 2) Logo na sua introdução você faz menção dos principais autores/textos usados para fomentar a discussão;
- 3) A naturalização do machismo no ambiente escolar, principalmente quando cita das vestimentas, do dever de comportar-se das meninas, sem refletir sobre a responsabilização do assédio por parte dos os meninos, enfatizando o senso comum e a alienação que permeia as relações sociais;
- 4) Na página 22 você introduz seu 2º capítulo explicitando “a dificuldade da escola, dos profissionais e a comunidade educativa abordar temas que possam gerar conflitos e discussões”. Nesta direção, faz-se necessário entender melhor se as escolas estão

preparadas, assim como os professores e demais trabalhadores da educação, os quais as vezes não possuem “preparação”, e/ou têm “dificuldades de romper com o preconceito e intervenções permeadas pela religiosidade e conservadorismo;

- 5) Você apresenta/sugeri algumas estratégias de como buscar combater o machismo no âmbito escolar (página 23), e novamente faz menção ao professor como interlocutor principal. Embora não seja seu objetivo, poderia ter citado como o assistente social contribuiria neste cenário juntamente aos profissionais e alunos, principalmente no atual momento com a aprovação da Lei nº 13.935/2019;
- 6) Considero fantástico seu posicionamento ao explicar sobre a articulação que deve existir entre a escola, CT, CRAS, CREAS e Unidades de Saúde, a qual poderia ser realizada por um assistente social;
- 7) A preocupação de frisar a escola como espaço de debate e reflexão, sem se respaldar em uma visão messiânica sobre a mesma.
- 8) A importância de considerar a necessidade de mudança no próprio sistema educacional, o qual encontra-se permeado pela lógica mercadológica, precária dispendo de sujeitos acríticos;
- 9) Nas considerações finais você sugere que sua pesquisa “possa ser levada ao ambiente educacional em forma discussões, de rodas de conversa e de palestras”, faça isso não deixa essa ideia minguar, aproveita o espaço da escola que trabalha, assim como outras se possíveis.

“Que nada nos defina, que nada nos sujeite. Que a liberdade seja nossa própria substância”.

Simone de Beauvoir

Conte sempre comigo.

Abraços.



Taubaté, 07 de dezembro de 2020.



Departamento de Serviço Social
Rua Visconde do Rio Branco nº22
Taubaté – SP CEP.: 12020-040
Fone: (12) 3625-4240; Fone/fax: (12) 3621-8958
ssocial@unitau.br

TRABALHO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL - 2020

PARECER AVALIATIVO

Título: O MACHISMO NA EDUCAÇÃO	
Estudante: MARCELA REZENDE GONZAGA	
Membro da Banca: Prof. ^a Ma. Mônica Maria Nunes da Trindade Siqueira CRESS: 15.853	Categoria: Assistente Social

PARECER

O trabalho da aluna traz um tema relevante para o Serviço Social pela questão do machismo estrutural, fruto de uma sociedade patriarcal inserida no contexto da educação. Na contradição entre a escola ser um espaço de formação para a cidadania e de reprodução do machismo é que estão as possibilidades de desconstrução deste mesmo machismo.

No capítulo I a aluna aborda o contexto histórico do machismo e a luta pela emancipação feminina, aponta a primeira e segunda onda do processo de emancipação feminina e como ela se expressa na Constituição Federal Brasileira de 1988 no que se refere a educação.

A reflexão do tema tem nas entrelinhas um caráter de manifesto pela quebra do paradigma da sociedade patriarcal que permeia o capitalismo e indica caminhos para um aprofundamento maior do tema.

A base da pesquisa está em como se deu a escolha do tema – a experiência de trabalho em escola – o que tornou a análise crítica não somente teórica, mas com uma dimensão prática – quando menciona os diversos espaços da escola em que pode se dar o diálogo sobre o tema – reuniões de professores, gestão e ou famílias, pelos temas transversais com os alunos, conselhos entre outros. Merece destaque também a dimensão ético-política tratada pela aluna sem descolar da

teórica-metodológica e técnico-operativa.

A bibliografia é atual e pertinente ao tema. Os objetivos do estudo se apresentam claros e coerentes durante toda a leitura do trabalho. É um estudo que merece ser aprofundado para que se possa avançar na atuação do assistente social na educação.

O estudo poderia ter trazido para pauta a lei 13.935/2019 – implantação do Serviço Social e Psicologia no contexto da educação básica uma vez que se relaciona diretamente com o tema da pesquisa.

No que se refere a pesquisa documental não ficou claro como foi desenvolvida a pesquisa documental, cabe retomar as partes do texto (p. 13 e 14) que aborda esta questão e revisar.

Na p. 23, parágrafo 3º a aluna faz menção ao papel do profissional da educação como “conscientizador, transmitindo valores, atitudes, comportamentos e ideias”. É importante rever a frase, pois segundo Paulo Freire o processo de consciência crítica se dá pelo próprio indivíduo, o papel do profissional da educação é de oferecer as condições para que este processo aconteça.

Na p. 24, parágrafo 2º caberia conceituar o que vem a ser conflito e diálogo para se compreender melhor o porquê da dificuldade do educador trabalhar com o tema sexualidade.

Ampliar propostas de pequenas ações e práticas no espaço escolar para a desconstrução do machismo poderia enriquecer ainda mais a investigação apresentada.

O texto se apresenta coerente com os aportes teóricos metodológicos propostos e com linguagem técnica.

Há que se fazer revisão de citações (p. 10, 11, 14, 18-20, 23, e 28) e referências (vide em anexo o TG com as indicações)

Taubaté, 07 de dezembro de 2020

